



## SUMÁRIO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO ..... 1

DECRETO Nº 145, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.....1

DECRETO Nº 146, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.....2

### LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS ..... 4

ATO ADMINISTRATIVO DE FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....4

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 145, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“Dispõe sobre a reestruturação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências”.

O PREFEITO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante ao disposto no Art. 83, inciso VII da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 541, de 17 de dezembro de 2018.

Considerando a necessidade da reestruturação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Dois Irmãos do Tocantins,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, os seguintes membros (titulares e suplentes) do CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS – TO, a saber:

Representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo:



**GE CIRAN SARAIVA SILVA**  
Prefeito Municipal

Conselheiro: Rogério Rodrigues Medrado

Suplente: Ana Maria Pereira de Almeida

Representantes da RURALTINS:

Conselheiro: Marly Gomes dos Santos

Suplente: Lourenço Oliveira da Luz

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Conselheiro: Rosilene Lopes Pereira da Luz

Suplente: Claudiana Silva Moreira

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Conselheiro: Rejane Nunes da Cunha

Suplente: Reginaldo Barbosa de Abreu

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Conselheiro: Cirlene Gomes da Costa

Suplente: Iranildes Rolins Caldas

Representantes da Associação de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins:

Conselheiro: Gedeone Batista de Melo

Suplente: Lucas Ferreira e Silva

Representantes da APAE de Dois Irmãos do Tocantins:

Conselheiro: Ana Paula Ribeiro de Almeida

Suplente: Wides Cruz Pinheiro

Representantes do Sindicato Rural de Dois Irmãos do Tocantins:

Conselheiro: Raimundo Nonato Carneiro

Suplente: Ana Carolina Varela Coelho Flores

Art. 2º - O mandato de cada Conselheiro será de 02 (dois) anos e sua participação no Conselho será exercido gratuitamente, sem gerar vínculo empregatício com o Município.

Art. 3º - Ficam revogados os seguintes decretos:

I.DECRETO Nº 064, DE 19 DE ABRIL DE 2024

II.DECRETO Nº 126, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

III.DECRETO Nº 143, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS –  
TO, aos 11 dias do mês de dezembro de 2025.

GE CIRAN SARAIVA SILVA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 146, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“Institui a Revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente – C.M.M.A, do município de Dois Irmãos, Estado do Tocantins e dá outras e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e ordenar a formação e criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – C.M.M.A, como instrumento de apoio à Política Municipal de Meio Ambiente:

CONSIDERANDO a necessidade de definir os mecanismos de fiscalização, normatização das ações pertinentes ao meio ambiente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído a REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – C.M.M.A, do município de Dois Irmãos do Tocantins.

**CAPÍTULO I**  
**DO OBJETIVO**

Art. 2º - Este regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – C.M.M.A.

Parágrafo Único – A expressão Conselho Municipal de Meio Ambiente e a sigla C.M.M.A se equivalem para efeito de referência e comunicação.

**CAPÍTULO II**  
**DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º - O C.M.M.A instituído como órgão colegiado e deliberativo instituído pela Lei nº 374 de 13 de abril de 2011 e pela Lei nº 541 de 17 de dezembro de 2018, terá suporte

técnico, administrativo e financeiro prestado pela prefeitura municipal, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

Parágrafo Único – O suporte técnico será suplementarmente requerido ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, e aos demais órgãos e entidades afetos ao programa de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Art. 4º - Compete ao C.M.M.A formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município, na forma estabelecida na Lei nº 374 de 13 de abril de 2011 e Lei nº 541 de 17 de dezembro de 2018, e neste regimento.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Dois Irmãos/TO C.M.M.A – será integrado por representantes por no mínimo 8 (oito) integrantes sendo 50% da sua totalidade do Poder Público e 50% da sua totalidade da Organização da Sociedade Civil.

Art. 6º - Cada membro do C.M.M.A terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento.

Art. 7º - O mandato dos membros do C.M.M.A corresponderá ao período de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

**CAPÍTULO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 8º - O C.M.M.A. tem a seguinte estrutura básica:

- I – Presidência;
- II – Vice-Presidência;
- III – Plenário;
- IV – Secretaria executiva.

Art. 9º - O C.M.M.A será presidido por um dos seus membros, que será eleito na primeira reunião ordinário do órgão, por maioria de votos e seus integrantes, para o período de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único – Á eleição e ao mandato de vice-presidente que substituirá o presidente em seus impedimentos, aplica-se o disposto no “caput” deste artigo.

Art. 10 - Ao presidente compete:

- I – Dirigir os trabalhos do C.M.M.A, convocar e presidir as sessões do plenário;
- II – Propor a criação de comissão técnica e designar seus membros;
- III – Dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste regimento;



IV – Encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do plenário;

V – Assinar as atas aprovadas nas reuniões;

VI – Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;

VII – Designar relatores para temas examinados pelo C.M.M.A;

VIII – Dirimir as sessões ou suspendê-las, conceder, negar ou cassar a palavra do membro do C.M.M.A;

IX – Estabelecer, através de resolução, normas e procedimentos para o funcionamento do C.M.M.A;

X – Convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do plenário, sem direito de voto;

XI – Delegar atribuições de suas competências.

Art. 11 - Compete ao Vice-Presidente substituir o presidente em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

Art. 12 - O plenário é o órgão superior de deliberação do C.M.M.A, constituído na forma do artigo 4º deste regimento.

Art. 13 - Ao plenário compete:

I – Propor alterações deste regimento para homologação pelo Prefeito Municipal;

II – Elaborar e propor leis, normas, procedimentos e ações destinadas à recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal que regula a espécie;

III – Fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente, aos órgãos públicos, a indústria, os comércios, a agropecuária, a comunidade e acompanhar a sua execução;

IV – Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atividades ligadas a defesa ambiental;

V – Opinar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projeto públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

VI – Manter o controle permanente das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que provoque impacto ou desequilíbrio ecológico;

VII – Identificar e informar a comunidade e aos órgãos públicos competentes, estaduais e municipais sobre a existência de área degradadas ou ameaçadas de degradação, propondo medidas para a sua recuperação;

VIII – Promover, orientar e colaborar em programas educacionais e culturais com a participação da comunidade

que visam a preservação da fauna e flora, águas superficiais e subterrâneas, ar, solo, subsolo e recursos não renováveis do município;

IX – Atuar no sentido de estimular a formação da consciência ambiental, promovendo seminários, palestras e debates junto aos meios de comunicação e as entidades públicas e privadas;

X – Exercer o poder de polícia, no âmbito de legislação ambiental municipal;

XI – Julgar e aplicar as penalidades previstas em Lei, decorrentes das infrações ambientais municipais;

XII – Opinar sobre o uso e ocupação do solo urbano e parcelamento urbano, adequando a urbanização as exigências do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais;

XIII – Sugerir a autoridade competente a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza excepcional e mananciais, patrimônio histórico, artístico, cultural e arqueológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas a realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XIV – Receber as denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhando aos órgãos municipais e estaduais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XV – Propor ao prefeito a concessão de títulos honoríficos a pessoas ou instituições que houverem de destaque através de atos que tenham contribuído significativamente para a preservação, melhoria, conservação e defesa do meio ambiente do município.

Art. 14 - Compete aos membros do C.M.M.A:

I – Comparecer às reuniões;

II – Debater a matéria em discussão;

III – Requerer informações, providências e esclarecimentos ao presidente;

IV – Apresentar relatórios e pareceres, dentro do prazo fixado;

V – Votar;

VI – Propor temas e assuntos a deliberação e ação do Plenário.

Art. 15 - A secretaria Executiva é o órgão da Presidência do Plenário, desempenhando atividades de gabinete, de apoio técnico, administrativo e de execução de normas referentes a proteção do meio ambiente.

Art. 16 - As funções da Secretaria Executiva serão exercidas por servidor público municipal, indicado pelo Prefeito.

Art. 17 - Compete a Secretaria Executiva:

I – Fornecer suporte e assessoramento técnico ao C.M.M.A nas atividades por ele deliberadas;

II – Elaborar as atas das reuniões;



III – Organizar os serviços de protocolo, distribuição e arquivo do C.M.M.A;

IV – Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.

#### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 18 - O C.M.M.A se reunirá ordinária e extraordinariamente.  
§ 1º - Haverá no mínimo 2 (duas) reuniões ordinárias anuais, em data, local e hora fixados com antecedência de pelo menos 05 (cinco) dias, pelo Presidente.

§ 2º - O Plenário do C.M.M.A se reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente, da maioria de seus membros ou por solicitação de qualquer Câmara Especializada.

§ 3º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente com antecedência de no mínimo 2 (dois) dias.

Art. 19 - O titular da Secretaria Executiva participará das reuniões, sem direito a voto.

Art. 20 - Somente haverá reunião do Plenário com a presença da maioria dos membros com direito a voto.

Art. 21º - Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas convidadas pelo Presidente.

Art. 22 - As reuniões do Plenário serão públicas;

Art. 23 - As reuniões terão sua pauta preparada pelo Presidente na qual constará necessariamente:

I – Abertura de sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;

III – Deliberações;

IV – Palavra Franca;

V – Encerramento;

Art. 24 - A apreciação dos assuntos obedecerá às seguintes etapas:

I – Será discutida e vota matéria proposta pela presidência ou pelos membros;

II – O presidente dará a palavra ao relator, que apresentará o seu parecer, escrito ou oral;

III – Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão;

IV – Encerrada a discussão, e estando o assunto suficientemente esclarecido, far-se-á a votação.

Art. 25 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

Art. 26 - As atas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originaram;

Art. 27 - As decisões do Plenário, depois de assinadas pelo Presidente e pelo relator, serão anexadas ao expediente respectivo.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS – TO, aos 11 dias do mês de dezembro de 2025.

GE CIRAN SARAIVA SILVA  
Prefeito Municipal

### LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

#### ATO ADMINISTRATIVO DE FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 1321/2025  
Processo Administrativo nº 049/2025

AUTORIZO o ato de dispensa, em conformidade com o Inciso VIII do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, consolidada com as suas alterações, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação da empresa 49.494.215 JOEL GOMES ARRUDA, inscrita no CNPJ 49.494.215/0001-03, localizada na 1A R RUA PIAUI, 439, Centro, Dois Irmãos do Tocantins – TO, CEP 77685-000, e-mail samuelmirandaarruda775@gmail.com, telefones (63) 9285-7492, R\$ 9.460,00 (nove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais), tendo como objeto da avença, contratação de empresa para instalação e fornecimento de forro pvc, em atendimento a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins – TO.

Dois Irmãos do Tocantins – TO, 19 de novembro de 2025.

Geciran Saraiva Silva  
Prefeito Municipal